

OS PLANOS PARA O SALÁRIO MÍNIMO

São muitos. Até de aumentá-lo para 100 dólares. Mas tudo ficará para depois do congelamento.

O secretário especial de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, não concorda com o aumento do salário mínimo durante a fase de congelamento dos preços. A medida poderia levar milhares de pequenas e microempresas à falência, disse. E são exatamente essas empresas que mais empregam trabalhadores nessa faixa de salário, e eram elas que estavam em pior situação no início de junho, lembra Nakano.

A recomposição do valor real do salário mínimo, na verdade, se depender da equipe que montou o Novo Cruzado, somente ocorrerá (incluindo aí também os reajustes salariais) após o período de congelamento e como resultado dos reajustes de preços e tarifas da fase de flexibilização. A preocupação dominante do grupo é com a expansão exagerada da demanda, que pode colocar toda a estratégia do plano em risco. Os técnicos da Fazenda estão convencidos de que o principal problema enfrentado pelo Plano Cruzado original — a expansão do consumo — foi provocado por reajustes reais compensatórios concedidos pelo governo, a título de reposição de perdas salariais.

E se isso voltar a ocorrer, dizem os técnicos, "poderemos voltar a escrever a mesma história do fracasso do primeiro plano". No entanto, lembram, foi o próprio presidente da República que manifestou a determinação de conduzir a atual estratégia com base na correção dos equívocos cometidos pelas experiências anteriores. Portanto, não tem sentido repeti-las agora.

Mas o MF estuda no momento uma medida que seria, na prática, um reforço do salário mínimo: a obrigatoriedade do vale-transporte, que hoje é apenas facultativo, e deve ser negociado entre trabalhadores e empresas para inclusão nos acordos salariais. A idéia de tornar obrigatório o vale-transporte surgiu na semana passada, durante as discussões entre a Secretaria de Administração de Preços do MF e o Ministério do Desenvolvimento Urbano, sobre os reajustes de tarifas dos ônibus urbanos, depois do quebra-quebra do Rio de Janeiro.

Os técnicos do MDU constataram que em cidades como Brasília e São Paulo, o trabalhador que ganha o mínimo está gastando hoje mais de 20% do seu salário com transporte. O vale-transporte, na forma atual, limita esse gasto a 6% do mínimo. O resto é coberto pela própria empresa, que pode depois descontar o valor no imposto de renda. A idéia do pessoal da Fazenda e do MDU, que já está pronta para ser levada pelo ministro Deny Schwartz, ao presidente Sarney, é reduzir esse percentual máximo para até 3%, o que aumentaria o número de trabalhadores beneficiados. A empresa distribuiria aos empregados os vales necessários para todas as viagens de casa ao trabalho e de volta por um mês. No fim do mês, descontaria o percentual estabelecido do salário pago ao trabalhador. O ministro Bresser Pereira concorda com a idéia e disse, anteontem, ao prefeito de Salvador, Mário Kertsz, que essa é uma forma justa de redistribuição de renda.

100 dólares

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, no entanto, está interessado em elevar objetivamente o salário-mínimo. Ele deve entregar hoje ao presidente Sarney, por exemplo, uma proposta para sua recuperação — que deverá atingir o equivalente a US\$ 100 até o final do atual governo. A proposta foi exaustivamente discutida no último final de semana entre Pazzianotto e o seu colega da Fazenda, Bresser Pereira.

A recuperação do poder de compra do salário-mínimo, segundo explicou o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, somente será possível quando for proibido por lei a utilização daquele salário como fator de indexação ou de referência para a fixação de outros salários.

O salário-mínimo, segundo Frota Neto, tem de ser exclusivo de quem, de fato, ganha salário-mínimo. Atualmente, contudo — explicou — há um grande contingente de trabalhadores, notadamente do setor público cujos salários são fixados em termos de salário-mínimo (5 salários-mínimo, 10, 15, etc). Por causa desta indexação de outros salários ao mínimo, sempre que o governo federal autoriza o seu aumento, para com isso melhorar a situação do trabalhador de mais baixo nível de renda do País, acaba dando aumentos, na mesma proporção, para centenas de milhares de outros trabalhadores que ganham muitos salários-mínimos. A decisão do governo, portanto, torna insuportável a folha de salários de muitos setores, principalmente dos governos estaduais e municipais.

A idéia básica do governo — destaca o porta-voz do Palácio do Planalto — é a de desvincular o mínimo de qualquer valor de referência. Esta medida, contudo, terá de ter efeito retroativo, ou, do contrário, pouca alteração propiciará no quadro atual.

O ministro do Trabalho confirmou esta intenção do governo. Resta, agora, encontrar o caminho jurídico que levará a isto, uma vez que os pareceres do Ministério do Trabalho e da Consultoria-Geral da República têm enfatizado a restrição abrangência do decreto-lei para abarcar todos os pontos referentes à questão. A não ser que se utilize o artigo 55 da Constituição, que prevê finalidades mais amplas para o decreto-lei, como o governo tem feito em assuntos de interesse imediato.

Na avaliação do ministro, a idéia de criação do piso salarial nacional entra em choque com a própria Constituição, que se refere a um único salário-mínimo. "Não poderíamos, portanto, trocá-la simplesmente por dois mínimos", argumentou, lembrando que o atual mínimo continuaria a existir como um valor de referência.

De qualquer forma, Pazzianotto garantiu que a intenção do governo de aumentar gradativamente o valor do mínimo é real. Ele não acredita que o fracasso do Novo Cruzado possa brevar a iniciativa, embora compreenda que o valor real do salário-mínimo dependa da estabilidade econômica. "A história mostra que o mínimo sempre foi abafado pela espiral inflacionária", lembrou.